

# O TRABALHADOR

SEMANÁRIO DO POVO

## UNIÃO EUROPEIA

Já os nossos leitores conhecem pelos jornais diários o enorme esforço que se está operando na Europa para se realizar uma autêntica e fecunda união entre todas as Nações desta martirizada parte ocidental do velho Continente.

A razão deste febril movimento filia-se na imperiosa necessidade de se darem as mãos os diferentes povos europeus para mais facilmente se erguerem da ruína e se defenderem contra os perigos comuns que os ameaçam. No fundo, uma razão de utilidade, uma razão de interesse mútuo.

Que pensaremos contudo, nós, trabalhadores cristãos, deste projecto tão ousado e tão pouco simpático às doutrinas que a última guerra sepultou nos campos da batalha, isto é, às doutrinas ultranacionalistas?

A união faz a força. Nós sabemos-lo pela experiência de cada dia. Uma empresa é uma união de esforços de trabalhadores manuais e intelectuais, de capitalistas e proletários. E tanto mais eficaz será a empresa quanto maior for a união de uns com os outros. Uma nação é também uma união. E quanto mais unidos estiverem os cidadãos entre si tanto mais prosperidade se poderá esperar da colaboração nacional.

O mesmo princípio, os mesmos raciocínios, valem internacionalmente. A América seria a poderosa e próspera nação que hoje é, se cada um daqueles 48 Estados fosse independente e se quisesse bastar a si mesmo fechado no egoísmo nacional?

Mas nós temos outras razões que nos levam a aplaudir a união da Europa. Para um cristão, a Humanidade é uma Família: a Família Humana. A própria palavra católica significa e quer dizer universal, isto é, que se estende a tudo e a todos. Nós temos uma lei: amai-vos uns aos outros. Ora o amor significa auxílio mútuo, amparo, doação, colaboração, e tudo o mais que quiserem e signifiquem união. Um cristão, sob pena de trair o cristianismo, não pode deixar de favorecer e desejar que as Nações se entendam, se auxiliem, se unam, se sacrifiquem umas pelas outras, se dêem mutuamente as mãos.

Amái-vos uns aos outros! O dever do amor implica união.

Sendo todos irmãos, apenas oporemos a nossa recusa

(Continua na 6.ª pág.)

### CARTA DE AMIGO

## DE UM OPERÁRIO A OUTRO OPERÁRIO

Soubeste, certamente, como eu, daquele casal, ali dos lados da Covilhã, com dezassete filhos.

O caso mereceu notícia e fotografia nos jornais, e logo houve quem, com alguns donativos, auxiliasse a simpática família.

Dezassete filhos! Que linda conta, que enternecedor heroísmo e que ótima lição para tantos egoístas sem filhos... porque os não querem, além de outros que lhes limitam o número.

Todos ficaram surpreendidos, alegres uns e horrorizados outros, ao sabermos de factos daquela natureza.

Os que se amedrontam revelam uma mentalidade desgraçada, porque isso é causa do «horror aos filhos»: os que se alegram, talvez seja por gostarem de ver «aquilo» nos outros, ou, verdadeiramente, por sincera admiração. Estes são em reduzida percentagem. O que sobressai é e frequente, infelizmente, são os egoístas para quem a vida é sinónimo de prazer de toda a espécie e fuga às responsabilidades. Passam a existência como «pardais tontos», sem beleza, só coerentes com as ideias atrofiadas, mesquinhas e ridículas que os orientam.

Nós somos pelos que sinceramente admiram e se impressionam na presença de uma fecundidade tão prodigiosa, enriquecida pela presença de todas aquelas vidas, autêntica riqueza da Pátria.

Em minha modesta opinião aqueles pais mereciam não apenas a protecção dos particulares ou um prémio anual de umas centenas de escudos. Mereciam auxílio permanente.

Mas há tantos casos de prole fecunda, embora sem atingir aquele número, por esse país fora, maravilhoso exemplo do «dever cumprido» como esposos cristãos!

E são eles devidamente defendidos como merecem?

É urgente cada vez mais o salário familiar. É por aqui, por este caminho, que devemos chegar ao objectivo de compensar, acudir às famílias numerosas.

É certo haver ricos a procederem em sentido absoluto ou quase absolutamente negativo, no que se refere a filhos. Mas esta miséria é outra, bem mais horrorosa do que a da falta de pão. Merecem severo castigo, que podia ser traduzido por uma pesada contribuição para os fundos do salário familiar.

## TRIBUNA OPERÁRIA

### AS IDEIAS E AS INICIATIVAS DE QUEM TRABALHA

Nos países mais adiantados, onde a capacidade de trabalho é altamente apreciada, é corrente o patrão aceitar as ideias dos seus operários e, muitas vezes, elas elevam os que as apresentam entre a massa dos trabalhadores numa indústria. Uma grande parte dos grandes industriais americanos vem do anonimato da oficina. Empresas há que têm Caixas de recepção, no género das vulgares caixas de correio, onde os operários ou empregados deixam ficar as cartas com as suas ideias e opiniões sobre o serviço. Estamos convencidos de que parte delas são lançadas ao cesto dos papéis; mas quantas não terão sido aproveitadas?

Quantos dos grandes magnates da indústria americana não devem a sua

(Continua na 5.ª página)

A hora é de enveredarmos pela doutrina das Encíclicas sociais. Lá está tudo claro e indicado. É só traduzir, efectivar. E é tão fácil!

Enquanto andarmos a passar pela frente do Evangelho... e não nos dermos a lê-lo, a senti-lo e a vivê-lo, é escusado admitir que resolveremos o problema como ele exige ser revolido!

Lá estão os casos das famílias de muitos filhos, dos solteiros, da juventude, dos patrões, — tudo lá está.

Não se dê às leis simplesmente uma leve tinta de verdade cristã. Pergunhem nessa verdade e vivam-na em todos os seus aspectos. A vida seria outra e os «carredinhos» viriam... subjugados pela única certeza que convence.

PAULO DA CRUZ

## O NOSSO INQUÉRITO AOS LEITORES

CONTINUAMOS A RECEBER MUITAS RESPOSTAS AO INQUÉRITO AOS NOSSOS LEITORES SOBRE O QUE PENSAM DO NOSSO JORNAL.

MUITO AGRADECEMOS AOS QUE JÁ NOS ENVIARAM OS SEUS PARECERES, E ESPERAMOS QUE OS OUTROS LHE SIGAM O EXEMPLO.

NO PRÓXIMO NÚMERO DAREMOS A LISTA DOS PRÉMIOS E EM BREVE INDICAREMOS OS RESULTADOS DO INQUÉRITO E DAREMOS A CLASSIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS.

ATÉ LÁ, ESCRIVAM-NOS.

## O 15 DE MAIO

FORUM ABEL VARZIM  
É UMA DATA MEMORÁVEL  
PARA OS TRABALHADORES CRISTÃOS

Foi a 15 de Maio de 1891 que o grande Pontífice Leão XIII publicou aquele imortal documento conhecido pelo nome de *Rerum Novarum*, a que internacionalmente se chamou também a *Magna Carta do Trabalho*. Quarenta anos mais tarde, outro notável Pontífice, Pio XI, no mesmo dia — 15 de Maio de 1931 — publicou também um outro não menos impressionante documento — *Quadragesimo Anno* — a desenvolver e impor aos cristãos a aplicação dos princípios sociais contidos na *Magna Carta* de 1891.

Estes dois documentos, que tomam cada vez maior vulto e mais valor à medida que sobre eles passa o tempo, foram objecto de grandes aplausos e de grandes críticas. E são-no ainda hoje.

Todos os que tinham fome e sede de justiça, desde os mais humildes operários aos mais ilustres pensadores, encheram-nos de louvores. As falanges marxistas criticaram-nos, alegando que a Igreja vinha agora em defesa dos humildes por ter visto que os humildes a abandonavam. Aliaram-se a eles, no coro de desaprovacão, os maçons e os católicos laicos e os liberais, classificando de ousadia inadmissível a intervenção do poder religioso em esferas tão afastadas da missão... do Evangelho!

Dir-se-ia mesmo que a desaprovacão marxista foi menor ainda do que a outra. Os anos contudo passaram-se. E nós hoje podemos medir melhor o ridículo dessa ignorância atrevida, ao contemplar como os princípios destas *Magnas Cartas* se estão a aplicar em todo o mundo, e a governá-lo, com o aplauso das maiorias em cada nação, mesmo das não católicas.

Nunca se viu melhor triunfo. Houve-os mais retumbantes e mais brilhantes: o do liberalismo optimista, o do próprio marxismo e o do fascismo. O primeiro e o último tiveram vida curta, e a História já tomou conta deles. O marxismo declina a olhos vistos, um pouco por toda a parte, embora não tenha sido ainda abandonado. É que todos estes sistemas, filhos da mesma cepa, são anti-naturais, e assentam sobre um conceito errado do homem. Não podem durar.

O mesmo não acontecerá com a doutrina social cristã que tem o seu fundamento na natureza humana e

que, portanto, será a doutrina do futuro.

### História do 15 de Maio

A história do 15 de Maio poderia filiar-se nos Profetas da Antiga Lei, que, através dos seus solenes avisos, iam estabelecendo através dos tempos uma trama harmónica de ideal social. Mas foi com Jesus Cristo e com a sua admirável doutrina que o mundo conheceu as verdadeiras bases de uma doutrina social. Podemos resumir-las nos seguintes pontos essenciais:

— Deus é nosso Pai. Nós somos todos irmãos. Devemos amar-nos uns aos outros.

— Nós somos todos membros de um só Corpo. Somos portanto solidários, e responsáveis uns dos outros.

— O nosso destino é comum. Seremos julgados segundo a maneira como nos conduzimos uns com os outros. Cristo é cada um de nós, sobretudo os mais fracos e os mais pobres: «Tive fome e deste-me de comer... estava preso e foste-me visitar... teres a vida eterna». Não me destes de comer, nem de vestir nem me visitastes no meu leito de dor, teres o castigo eterno!

Esta doutrina, nas suas consequências sociais, aplicaram-na os apóstolos integralmente. Os Actos dos Apóstolos conta-nos assim a vida dos primeiros cristãos:

«Todos os que acreditavam pensavam da mesma forma e tinham todas as coisas como comuns. Vendiam as terras e os bens que possuíam e dividiam-nas entre si segundo as necessidades de cada um» (*Actos, Capítulo 2, v. 44*). E mais adiante (cap. 4, 32 e seq.) acrescenta: «A multidão dos crentes era uma só alma e um só coração, nem ninguém chamava seu aquilo que possuía, mas todas as coisas lhes eram comuns... E não havia nenhum necessitado entre eles».

S. Tiago fala com veemência de justiça do salário. S. João afirma que não serve a Deus aquele que, podendo, não acode às necessidades dos seus irmãos, S. Pedro ensina a mesma doutrina social.

Aos Apóstolos sucederam os Padres, todos unânimes em fixar um ideal social exigente de verdadeira fraternidade. Mais tarde, na Idade Média estabelecem-se autênticos princípios sociais. Guittou escreve: «Neste momento, construiu-se a doutrina do justo preço e do justo salário. Neste

momento foi de novo proclamada a proibição dos juros. As ideias de justiça, de recta medida, de moderação, postas em foco pelos antigos Padres da Igreja, eram destinadas a resolver adiantadamente todas as dificuldades que, ampliando-se, deviam conduzir aos antagonismos que nos são hoje familiares».

Mas a verdadeira doutrina social só haveria de aparecer no século XIX.

Logo nos princípios do século aparecem os primeiros católicos: Lacordaire, Montalembert, Lamennais (este que mais tarde se extraviou).

O movimento de *l'Avenir* que depois foi condenado (15 de Agosto de 1832) «mais pelas suas imprudências que pelo fundo da sua doutrina, (Guittou), aparece já a Georges Goyau como tendo impressionantes analogias com a *Rerum Novarum*. Já em 1832, no seu livro «Essai d'économie Politique», o Professor de Coux escrevia: «O catolicismo contém, nas suas consequências práticas o mais admirável sistema de economia social que jamais foi dado à terra».

Depois foi a Alemanha com Kettler, o Bispo de Mogúncia, que antes do aparecimento de Karl Marx, defendeu toda uma série de princípios económico-sociais impressionantes para o seu tempo. Leão XIII chamava-lhe o seu «admirável precursor».

Na primeira metade do século XIX, o movimento social cristão foi impressionante, embora em grande parte anónimo. Os próprios discípulos de Saint-Simon, verificando-o, embora socialistas, pensaram em apelar para a Igreja para que esta orientasse o mundo social num sentido mais humano. Em 1825, o próprio Saint-Simon se dirigia ao Papa, dizendo: «Parece chegado o momento de aplicar plenamente os princípios cristãos, de tornar os homens mais felizes não só no céu, mas também na terra, de organizar a espécie humana segundo o princípio fundamental da moral divina e de usar de todos os poderes e meios da Igreja Militante para melhorar prontamente o estado moral e físico da classe mais numerosa e mais pobre». Mas como Saint-Simon queria que a Igreja se adaptasse aos seus princípios socialistas, o apelo ficou sem resposta. Charles Gide e Charles Bist notam contudo no seu livro *Histoire des doctrines économiques*, que «não se poderá negar que

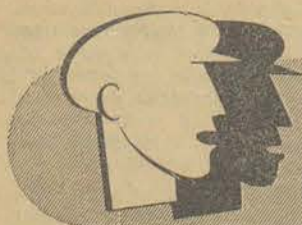
(Continua na 6.ª pág.)





# O TRABALHADOR

NO MUNDO DO TRABALHO



## a voz dos nossos camaradas

De um operário de Guimarães, recebemos a seguinte carta:

«Junto a esta uma circular que foi dirigida à firma onde trabalho, assim como a diversas firmas de Famalicão. Pela circular verá que somos obrigados a descontar para a Previdência durante os dias em que não trabalhamos e então temos de descontar não só a nossa parte, mas também a parte patronal, que fica a nosso cargo.

A circular dimanada da Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria Têxtil, diz o seguinte: «Não se encontrando regulamentada a situação dos beneficiários das Caixas Sindicais de Previdência quando na situação de licença sem vencimentos, determino... que não deve haver interrupção das contribuições dos beneficiários em tal situação, competindo satisfazer o seu pagamento pela totalidade durante o período de licença sem vencimentos».

Pelo que diz a circular, o desconto de ambas as cotizações só é devido quando o operário ou empregado se encontrar na situação de licença sem vencimento. Os casos que aponta não são de licença sem vencimento. Logo, não se aplica a eles a doutrina da circular.

Em todo o caso, parece que será necessário esclarecer o que se entende por licença sem vencimentos. E é isso que se pede à competente autoridade para evitar tão más interpretações.

Das Caldas de Vizela, recebemos a seguinte judiciosa carta:

«É consolador verificar-se o incremento que ultimamente tem tomado a difusão da instrução primária. Embora ainda se esteja muito longe da extinção do analfabetismo, parece que finalmente para lá se caminha. Mas ela nos tempos de hoje já não é suficiente a quem, na luta pela vida, aspira a ascender a posição compatível com a sua inteligência e capacidade. Por toda a parte, quer nos serviços públicos, quer nas actividades particulares, se exige agora mais conhecimentos, melhor preparação do que aquela que nos pode dar a instrução primária.

Mantém, é certo, o Estado, Liceus e Escolas Técnicas, teoricamente abertas a todos quantos desejem frequentá-las, mas na prática elas estão vedadas aos pobres e até, em muitos casos, aos remediados.

Alguém, com todo o peso da sua autoridade governativa, afirmou bem recentemente:

«...Considerar abertas as classes e profissões pouco mais representará do que a afirmação doutrinária de os meios de educação não se encontram praticamente acessíveis a todos, em igualdade de inteligência e capacidade».

Que é assim, todos o sentem, mas faltam os meios para se passar da palavra à acção. Fica-nos agora a esperança de que alguma coisa se vá fazer em benefício daqueles que não receberam o privilégio da fortuna.

A propósito, permita-me, sr. Director, que exponha nas suas linhas gerais um caso pessoal, que será também o de muitos chefes de família espalhados pelo País, ansiosos de encontrar solução para o problema da educação e futuro dos filhos.

Tenho uma filha que frequenta o Liceu e, embora resida a uns escassos 9 quilómetros de distância, com caminho de ferro e estrada, não tenho meio de transporte conveniente, o que me obrigou a procurar-lhe alojamento na cidade e nas proximidades daquele estabelecimento de ensino.

Esta solução, porém, comporta um sacrifício que não vale a pena descrever, mas que é fácil de compreender se souber que vivo exclusivamente do meu emprego e priva-me da sua

companhia diária, o que significa entregar a sua vigilância e educação a pessoas estranhas que nunca podem nem sabem substituir os pais. E o que sucederá quando chegar a vez de outros, porque é injusto não lhes proporcionar os mesmos meios de instrução se revelam a mesma aplicação ao estudo e já então eu não posso levar mais além o sacrifício?

Temos um comboio, cuja tabela de passagem na estação desta vila é pelas 7 horas aproximadamente, mas esta hora é inconveniente e pode comprometer a saúde das crianças, especialmente no inverno, não falando já no perigo moral que representa a espera da hora de entrar para o Liceu. Mas ainda não é tudo! O simples exame do seu horário mostra-nos que este comboio está sujeito a grandes atrasos, o que não raras vezes se verifica, pois é um comboio de mercadorias, e esse facto provoca ansiedade, porque as aulas começam sempre

à horas certas! E para aqueles que moram nas proximidades das estações anteriores, aonde o comboio passa muito mais cedo?

Soubese há tempos pelos jornais que uma empresa de camionagem tinha pedido a concessão de uma carreira, que passando nesta vila a liqaria com a cidade. Foi uma esperança, que resolveria em parte o problema, mas até hoje não passou de esperança e como era útil foi talvez ineficaz.

Ora, não se poderia remediar este estado de coisas, sem prejuízos para ninguém e com proveito para a instrução?

Não se me leve a mal que fale aqui de um caso pessoal, pois bem sei que o jornal se fez para a defesa colectiva do operariado, mas a experiência ajuda-me a suprir as minhas deficiências de exposição, e nas minhas circunstâncias devem estar muitos outros pais, a quem o mesmo problema preocupa.»

## REFORMA DO ENSINO TÉCNICO NA ABILVARZIM DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE

O ensino técnico na Bélgica foi reorganizado por uma lei aprovada em 1947, por unanimidade, no Parlamento e que representa a opinião concorde dos professores, dos técnicos do Governo, dos partidos políticos, do parlamento e dos sindicatos operários.

Damos a seguir as suas linhas gerais.

### Readaptação do ensino primário

Os programas do ensino primário obrigatório dos 6 aos 12 anos são modificados de modo a reforçar os elementos bases do ensino futuro: cálculo, língua materna, educação física, geografia, história, desenho e educação cívica.

### Ensino profissional

O ensino profissional é obrigatório para todas as crianças dos 12 aos 14 anos, que não sigam um curso

médio. Os programas destes dois anos, profundamente remodelados, ficam subordinados à Direcção do ensino técnico.

### Orientação profissional

É generalizada a todas as crianças de 14 anos a orientação profissional já praticada antes em escala mais reduzida. Esta orientação tem por fim determinar as necessidades fundamentais de mão-de-obra, descobrir as aptidões das crianças e indicar aos pais as profissões que convêm aos filhos e aquelas para que estes não têm jeito.

### Ensino profissional obrigatório para as profissões especializadas (dos 14 aos 16 anos)

Os rapazes de 14 anos que queiram tornar-se trabalhadores especializados e não sigam cursos técnicos diurnos, terão ensino técnico obrigatório. A novidade do sistema consiste em que este ensino em virtude de acordo obtido com os patrões será ministrado em colaboração com as fábricas. Serão estabelecidas centrais de aprendizagem. Um certo número de horas é destinado à aprendizagem escolar do ofício; estas horas serão pagas por salários correspondentes ao das horas de produção efectiva. A aprendizagem não se limitará à formação profissional especializada mas compreenderá também «trabalhos caseiros masculinos» com os quais se tem em vista tornar os homens mais hábeis manualmente e capazes de fazer as pequenas reparações respeitantes à conservação do lar e seus pertences.

### Ensino profissional obrigatório para as profissões não especializadas (dos 14 aos 16 anos)

Haverá sempre um certo número de trabalhadores sem vontade ou sem aptidão para uma profissão especializada. Para estes haverá ensino, quer na escola quer na oficina, que corresponda por cada ano a 200 horas dum curso técnico. Estas horas serão igualmente pagas pelo Estado.

### Ensino facultativo para mestres-artífices

Haverá diplomas para encorajar a formação de operários de «élite»,

## MIRADOURO

A PROPÓSITO DAS ENCÍCLICAS SOCIAIS

No artigo com que iniciámos a nossa modesta colaboração terminámos com a afirmação de que se num corpo um órgão funciona mal, os restantes órgãos sofrem igualmente um mau funcionamento, ou suportam uma sobrecarga desnecessária. Não pudemos exemplificar esta afirmação e a culpa não foi nossa.

Fazêmo-lo agora por outras palavras, talvez mais explícitas: De facto, se numa família um dos membros sofre ou se desvia do fim que justificou a sua formação, cada um dos seus componentes sofre igualmente e a família não cumprirá bem a sua finalidade. A sociedade que poderemos considerar uma família em ponto grande, sofrerá ou não realizará o seu fim, se alguns dos seus membros se afastarem dos princípios basilares em que deve assentar para progredir e dar a cada um, individualmente, o bem-estar e as condições necessárias que lhe permita viver nesta vida sem atropelos, e alcançar com segurança, aquela vida a que todos aspiramos.

No decorrer dos séculos as socie-

dades têm passado por crises que proporcionam estes sofrimentos e estes desvios, e nós cremos, que isto é devido a duas coisas: falta de mentalidade, falta de divulgação e seguimento dos princípios cristãos que brotam vivos do Evangelho e para os quais a Igreja pela boca dos seus pontífices e dos seus pastores continuamente chama a atenção e convida à prática.

No mundo actual só vemos duas forças poderosas: a da negação da civilização cristã, negação que invade muitos espíritos e contra a qual já de há muito tomámos a nossa posição; e a da verdade, verdade que não desejamos seja mascarada. Somos por Cristo e entendemos que só por Ele e com Ele é possível salvar o que possa restar-nos.

É este pensamento que nos esforçamos por irradiar. Será crime fazer-se perder qualquer de nós por muito pouco que valha, porque será menos um soldado no combate à mentira e será menos um a evitar que a Nação volte a ter uma destas duas atitudes: ou de rojo ou de costas, ambas indignas de si, como já em tempo ouvimos dizer.

Nós tememos também por falta da nossa actuação, pelo menos no meio em que nos propomos actuar, se tomem em mau sentido as doutrinas sociais da Igreja que apenas tendem a ligar, patrões e operários, pelos laços de um amor fraterno.

Há quem abuse mentiosamente da pessoa de Cristo para justificar o seu modo de proceder, há socialistas ou simpatizantes do comunismo que não têm pejo de O considerar como o primeiro dos seus, para justificarem a sua atitude e cobiça de bens alheios. Ele não veio ao mundo para criar ricos ou pobres, ou impor a distribuição das suas riquezas. Ele deixou isso ao cuidado dos homens, contanto que, em todas as manifestações das suas actividades, fossem elas de que categoria fossem, económicas, sociais ou outras, presidisse o amor pelo próximo. Amai-vos uns aos outros, fazendo aos outros aquilo que gostaríamos os outros nos fizessem.

### Cursos de tarde

Continua a haver cursos de tarde, tendo os que frequentam estes cursos a faculdade de sair da fábrica antes da hora normal de saída. O Estado pagará as horas assim perdidas por cada aluno.

### Ensino feminino doméstico

A reforma presente prevê ainda um curso para raparigas com vista a prepará-las para a sua missão de donas de casa.

Também as raparigas, durante estes dois anos de curso, têm direito a receber do Estado o equivalente à remuneração de 200 horas de trabalho por ano.

Comemoramos hoje, mais um aniversário das encíclicas sociais, e, a propósito delas, vamos fazer, primeiramente, um resumo da vida económica e social desde o mundo antigo até aos últimos séculos, focando as doutrinas então mais em voga. Pretendemos, com isso, demonstrar que a Igreja sempre se interessou pelas classes trabalhadoras e muito antes, ao contrário do que muitos supõem, da publicação do célebre manifesto de Karl Marx.

No mundo antigo, mundo de espírito filosófico, as questões económicas pouco interessavam. Só os poetas vagamente se referiam a elas. O trabalho era de uma maneira geral, servil, o trabalhador manual, desprezado. Interessava mais a política e a guerra. Contudo Platão e Aristóteles ocuparam-se da criação, apenas teórica, de um Estado ideal. O primeiro idealiza um Estado no qual reinasse a justiça à maneira grega, isto é, a ordem e a harmonia, por uma divisão do trabalho entre castas imutáveis e hierarquizadas: magistrados, guerreiros e trabalhadores manuais. As classes superiores viveriam num regime de comunismo absoluto. Platão não pretende uma maior felicidade individual, mas uma mais perfeita adaptação de cada um aos seus deveres sociais. A propriedade privada não é suprimida, mas o Estado dá a cada cidadão um talhão de terreno de qualidade e dimensões iguais, que não pode ser transmissível... O Estado proíbe o empréstimo com juros, o exercício do comércio e o uso da moeda. Aristóteles critica o regime comunista de Platão e acusa nitidamente tendências socialistas.

(Continua)